

3

Feminismo e representatividade da mulher na sociedade

Sei que nos momentos difíceis cada uma de nós busca força e inspiração nas mulheres que ao longo da história resistiram a todas as formas de opressão. Naquelas que apareceram diante do mundo e também em todas as mulheres anônimas e suas lutas anônimas. A elas agradeço a possibilidade de ocupar esta tribuna e de dizer a todas as meninas e mulheres do mundo que com coragem, tenacidade e altivez, é possível conquistar os nossos sonhos.²²

Dilma Rousseff

No capítulo anterior, trouxemos as formulações teóricas sobre discurso, comunicação e mídia. Os conceitos de discurso aplicados pela imprensa e as teorias que os envolvem, com foco para a teoria do enquadramento, usada na pesquisa a ser apresentada no próximo capítulo.

Neste capítulo, abordaremos as teorias feministas e as chamadas “ondas”, que marcam historicamente as lutas feministas desde o século XIX até os dias atuais. Falaremos sobre os vieses inconscientes presentes na sociedade, retratados desde o século XX nos escritos de Virginia Woolf e apresentados posteriormente por Hanna Haraway e Judith Butler, dentre outras pesquisadoras. Também falaremos da representação feminina na política brasileira, a partir dos estudos de Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel e, por fim, abordaremos a linguagem da imprensa em pautas sobre e para mulheres.

3.1

O machismo e a dominação histórica dos homens: um breve resumo

O gênero é um dos eixos que organizam a vida em sociedade e seus tipos de relações. O histórico da dominação masculina pode ser visto em diversos âmbitos: na ciência, no jornalismo, na literatura, na Academia. Como resumido por Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli, “onde há desigualdades que atendem a

²² Discurso de Dilma durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres, em 19/09/2011. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-coloquio-de-alto-nivel-sobre-participacao-politica-de-mulheres-nova-iorque-eua>> Acesso em: 14 ago. 2017.

padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens – ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade.” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 7)

O feminismo aparece como um movimento social de minorias e um novo pensamento político que vem pressionar as leis e a ordem estabelecidas, mas também para mudar as formas de pensar da sociedade. A falta de representatividade feminina nas diferentes esferas do poder fez com que as mulheres passassem a questionar o *status quo* da sociedade, seus mecanismos de exclusão e as maneiras de ocuparem esses espaços. A teoria política feminista promoveu o pensamento crítico acerca das relações criadas e mantidas pelas instituições vigentes, deslocando a compreensão dos conceitos de justiça, democracia, autonomia e identidade. Além disso, promoveu a crítica aos espaços sociais divididos para as pessoas conforme o sexo que nasciam. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 151)

O feminismo moderno ocidental pode ser dividido em três “ondas”²³, que comportam ações específicas na luta pelos direitos das mulheres. A primeira onda marca o período entre o século XIX e o começo do século XX. O principal foco era reverter desigualdades legais, como o direito ao voto e ao trabalho remunerado, e visibilidade nos espaços legais. No ensaio “Um teto todo seu”, a escritora e poetisa Virgínia Woolf traz à nota as dificuldades vividas pelas mulheres desse período em busca de autonomia e reconhecimento profissional. O texto é ficcional, mas recheado de insinuações às situações pessoais vividas pela autora à época. Woolf, uma das mais reconhecidas escritoras de língua inglesa, traça um painel da presença feminina na literatura nos últimos séculos, mostrando a dificuldade das mulheres em serem reconhecidas em seu papel fundamental na história do mundo. Tomando como especificidade as escritoras do século XIX, a obra nos mostra como a falta de reconhecimento feminino sempre se deu a partir de um discurso de gênero machista, o que impedia o crescimento profissional e intelectual das mulheres.

²³ Disponível em: <<http://azmina.com.br/2017/03/um-oceano-feminista/>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

Essa obra se dá a partir de uma encomenda feita à escritora para que ela apresentasse uma palestra sobre o tema “Mulheres e ficção” no *Newnham College* e no *Girton College*, faculdades frequentadas por mulheres dentro da Universidade de Cambridge (Inglaterra), em 1928. Ao invés de um artigo acadêmico, temos um ensaio literário em que Mary Seton, personagem principal e alter ego da própria Woolf, começa a pensar e pesquisar o tema. Ao longo de sua caminhada, ela sustenta a teoria de que, para se escrever ficção, uma mulher precisa ter quinhentas libras por ano e um lugar seu, tranquilo e sem interrupções. Ou seja, precisa ser independente e sem os pressupostos aos quais uma mulher passaria na época (e até hoje): cuidar da casa, da família, dos filhos.

Muitos artigos que tratam do feminismo e são escritos por mulheres têm essa vertente autobiográfica. A pesquisadora Cláudia J. Maia, em seu “Dos estudos de gênero aos feminismos: uma trajetória pessoal”, fala sobre sua busca – enquanto mulher, historiadora e pesquisadora – de conhecimento sobre o tema de gênero, entendendo o quanto os estudos são feitos a partir de uma construção cultural machista e estrutural sacramentada no meio acadêmico, e o quanto é desafiante esta questão.

Entende-se que o mundo é pautado por leis universais que são criadas para se promover a igualdade entre as pessoas, as regras e a ordem social. Essas leis foram criadas a partir da corrente do Liberalismo, movimento político dentro do Iluminismo, no século XVIII. As teorizações liberais foram muito importantes para a criação das ideias de liberdade individual e igualitarismo. A crítica a este pensamento se dá na sua construção abstrata, em que a universalidade é criada a partir de um conceito de objetividade em que o “normal” ou “universal” é semelhante aos autores da teoria: homens, brancos, intelectuais, abastados. Assim, este ser universal não atende ao universo de pessoas, relações e circunstâncias existentes na sociedade, de forma a marginalizar o que não se encaixa no conceito estabelecido:

O ‘eles’ imaginado constitui uma espécie de conspiração invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsas de pesquisa e de laboratórios; o ‘nós’ imaginado são os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante. (HARAWAY, 1995, p. 7)

As mulheres foram, pouco a pouco, alcançando sua visibilidade como cidadãs, mas, ainda assim, as teorias de igualdade, justiça e democracia – criadas a partir da necessidade de autonomia da sociedade – não apresentam questões fundamentais ligadas ao gênero. A presença do “homem universal” (conceito que será explicado mais à frente) apaga a problemática das mulheres e a necessidade da criação de conceitos específicos para elas. Não por um capricho, mas por uma necessidade real e legítima em se diferenciar gêneros. Pensando neste mesmo contexto hierarquizador, Virginia Woolf traz em seu ensaio a representação para o que chama de “alegoria do espelho”, em que os homens crescem ao se verem maiores do que as mulheres, colocando-as em posição de inferioridade física, intelectual, e psicológica.

As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente a terra ainda seria pântanos e selvas (...), seja qual for o seu uso nas sociedades civilizadas, os espelhos são essenciais para todas as ações violentas e heroicas. (WOOLF, 1929, p. 54)

A crítica levava em conta não somente o gênero, mas seus reflexos nas estruturas de classe e raça, sexualidade, dentre outros. Ao narrar a situação vivida pelas mulheres à época, Virginia Woolf aborda a força das escritoras em busca, não só de reconhecimento dentro do mundo masculino, mas da criação de seu próprio valor, rompendo com as barreiras da sociedade patriarcal. Essas mulheres começam uma luta por visibilidade em uma sociedade em que suas mães e avós não podiam nem mesmo abrir conta em banco, votar ou cursar o ensino superior. A luta começa aí e serve de exemplo para as mulheres das próximas gerações, mostrando como a questão de gênero impacta nas relações sociais.

A vida para ambos os sexos - e olhei para os dois, acompanhando o caminho deles para a calçada – é árdua, difícil, uma luta perpétua. Requer coragem e força gigantescas. Mais que qualquer coisa, talvez, criaturas da ilusão como somos, ela requer confiança em si mesmo. Sem autoconfiança, somos como bebês no berço. E de que modo podemos adquirir essa qualidade imponderável, que também é tão inestimável, o mais rápido possível? Pensando que as outras pessoas são inferiores. (...) Por isso a enorme importância do patriarcado de ter de conquistar, ter de governar, de achar que um grande número de pessoas, metade da raça humana, na verdade, é por natureza inferior. Deve ser realmente uma das principais fontes de seu poder. (WOOLF, 1929, p. 53)

A escritora prossegue narrando situações da vida cotidiana da época que muito se assemelham aos dias atuais: a presença massiva de homens na política e a falta de investimento para a educação feminina – em contraponto aos

investimentos na educação masculina. Este último ponto é abordado ao comparar as instalações de uma das primeiras universidades voltadas para as mulheres britânicas com as mordomias e investimentos depositados nas mais reconhecidas faculdades inglesas – como Oxford – voltadas aos intelectuais de sexo masculino. Ao perceber essas diferenças, a personagem principal, uma representação da própria escritora, resolve pesquisar o papel da mulher na sociedade da época. Sua busca intelectual nos leva a entender o papel à parte em que a mulher foi colocada na história, sempre em desvantagem em relação aos homens.

Nos arranjos familiares, políticos, sociais e econômicos, o papel do homem é o de provedor do lar e da família, não havendo espaço para o crescimento da classe feminina. Até mesmo os estudos sobre o gênero feminino eram feitos majoritariamente por homens, o que ajudava a reforçar o discurso de inferioridade do sexo colocado, muitas vezes de modo sutil, por eles. Porque a ideia de inferioridade traz consigo outra ideia: a de superioridade. As mulheres são inferiores a quem? Como é criada essa comparação? Ora, se em uma sociedade tradicional do século XX as pessoas são divididas entre homens e mulheres e elas são vistas como um sexo frágil, com “cérebro menor” (WOOLF, 1929, p. 47) e sem talento para gerir uma nação, quem seria superior a tudo isso? O homem.

É por isso que tanto Napoleão quanto Mussolini insistiam tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, se elas não fossem inferiores, eles deixariam de crescer. Isso explica, em parte, a necessidade que as mulheres representam para os homens. E serve para explicar como eles ficam incomodados com as críticas delas; como é impossível para elas dizerem que tal livro é ruim, tal quadro é medíocre, ou o que quer que seja, sem infligir muito mais tormento e despertar muito mais raiva do que um homem teria causado ao fazer a mesma crítica. (WOLF, 1929, p. 55)

Para Maia, existe uma vocação política que conecta o feminismo aos estudos de gênero. Não se consegue traçar um retrato da presença de mulheres na Academia, por exemplo, sem retratar politicamente a representação da mulher na sociedade, em geral. O desafio da pesquisa feminista atual está, em uma primeira dimensão, nas “certezas, ou ausência delas, das categorias de análise, do referencial teórico a ser utilizado na produção de conhecimento sobre as mulheres”. (MAIA, 2003)

O primordial de uma sociedade é que ela está em constante mutação. As verdades podem – e devem! – ser questionadas a todo o tempo. Se, no passado, a

presença feminina era narrada por homens, agora o protagonismo passa a ser real, e não somente enredo de grandes peças do passado. “Como deixar falarem as mulheres nos documentos de forma que elas sejam *sujeito* e não o *outro*?”, questiona Maia (2003, p.3). Se até mesmo os contos sobre mulheres eram eternizados por escritores homens, agora são elas que escrevem suas histórias, e não apenas na ficção, mas alcançando os espaços antes negados a elas: a ciência, a academia e a política.

Ainda que alguém pudesse mensurar o valor do dom de qualquer pessoa neste momento, esses valores mudariam; daqui a um século muito possivelmente eles terão mudado por completo. Mais ainda daqui a cem anos, pensei ao chegar à soleira da minha porta, as mulheres não serão mais o sexo protegido. (WOOLF, 1929, p. 47)

O que permeia a sociedade e sua evolução são as relações construídas no tempo histórico vigente. Elas é que criam os conceitos que ainda estão por vir e servirão de base para as futuras gerações. Assim sinaliza Donna Haraway sobre a questão: “Admita-se ou não, a política e a ética são a base das lutas a respeito de projetos de conhecimento nas ciências exatas, naturais, sociais e humanas.” (HARAWAY, 1995, p. 07)

A “segunda onda do feminismo” compreende as décadas de 1960 a 1980, período em que o debate teve foco nas desigualdades culturais no patriarcado e nos espaços de participação da mulher na sociedade. A partir do momento em que as mulheres passam a conquistar um espaço de identidade política e acadêmica, com pesquisas e questionamentos próprios, passa-se a pensar as características em que o gênero é colocado, “uma construção cultural em oposição ao sexo biológico e a perspectiva relacional”, nas palavras de Maia (2003, p.3). A teoria política feminista é uma corrente plural, que pensa a organização social a partir das desigualdades de gênero, não somente das mulheres, mas de todos os eixos não dominantes na sociedade: mulheres, homossexuais, transsexuais, etc.

A pensadora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) é considerada a fundadora do feminismo. Ela escreveu a obra “Uma reivindicação dos direitos da mulher”, com pensamentos influenciados pela Revolução Francesa. A autora também publicou “Uma reivindicação dos direitos do homem”, trazendo a necessidade das mulheres e os obstáculos enfrentados na luta pela sua emancipação. No feminismo contemporâneo, Simone de Beauvoir e seus dois

volumes de “O Segundo Sexo” teve espaço como uma das principais influenciadoras do movimento. Mesmo se tratando de um texto mais pessoal e subjetivo, Beauvoir foi uma das figuras-chaves para a discussão da construção social do feminismo. É dela a frase clássica: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Ela também levantou questões centrais do pensamento feminista contemporâneo, como as relações entre público e privado e a relação deste conceito com o gênero.

Ao questionar o caráter político das relações de gênero, o feminismo pode ser considerado um dos “filhos” da Revolução Francesa. É a construção de uma crítica ao modelo de submissão da mulher nas esferas privadas da sociedade e sua exclusão da vida pública, das tomadas de decisões. Ao desconstruir o caráter imutável do sexo, Judith Butler nos apresenta a ideia de algo culturalmente construído, assim como o gênero:

não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção, mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (BUTLER, 2003, p. 25)

A discussão mais específica sobre gênero e identidade, a diferenciação de sexo e gênero e os estudos sobre as multiplicidades encontradas no que se define como sexo feminino marca a “terceira onda do feminismo”. São estudos iniciados nos anos 1990 por feministas negras americanas, que logo se disseminaram pela América Latina, e incorporam questões de raça, sexualidade e classe social ao já posto discurso de igualdade de direitos.

Deslocando as preposições sexo/natureza e gênero/cultura, Butler afirma que a ideia do sexo pré-discursivo é efeito do aparato de construção cultural daquilo que afirmamos gênero. Este pensamento é compartilhado por outros pesquisadores e pesquisadoras, como Navarro-Swain, que corrobora o pensamento do sistema sexo/gênero como criador de identidades e determinante para a coerência do gênero.

Essas ideias se colocam contra o pensamento tradicional de se colocar gênero e sexo como opostos, ou distintos. Para este grupo de pesquisadores e pesquisadoras, essa teoria de oposição não tem eficácia política e teórica,

reforçando o aspecto binário das relações. Transpor essa representação binária é essencial para a construção de uma identidade do feminismo acadêmico. Faz-se necessário uma pesquisa crítica, que mostre a importância dessas relações para a criação dos discursos jornalísticos, que representam nada mais que o discurso tradicional de uma sociedade.

É possível pensar o patriarcado como um sistema muito arraigado, presente nas instituições mais tradicionais e em um momento histórico anterior na nossa sociedade. Longe de acabar, o patriarcado se transforma, se transmuta em formas de dominação baseadas, agora, em estruturas de vantagens e oportunidades; benefícios estes alcançados, apenas, pelo sujeito dominante, sistematizado a partir da ideia de ser universal do liberalismo patriarcal. A dominação masculina se configura para além do patriarcado histórico (que, em alguns casos, foi transformado), tornando-se um fenômeno geral e presente nas diferentes relações sociais atuais.

3.2

A questão de gênero na sociedade e seus reflexos na imprensa

Numa sociedade marcada pelas diferenças, a mulher ocupa uma posição não apenas de desigualdade, mas também de subalternidade em relação ao homem. Mulheres têm menos acesso a cargos políticos, têm salários inferiores aos dos homens, estão mais sujeitas a violência e discriminação. O silêncio sobre as relações de poder traz, consigo, as respostas da sociedade para as discriminações de gênero: as coisas são como são. As reflexões não podem ir muito além. Cada pessoa aprende seu papel a partir do momento em que é considerada um ser social. Quem é do sexo masculino já sabe seu poder, seus deveres e direitos. Quem é do sexo feminino também aprende a se colocar em seu “devido” lugar. O homem deve prover o dinheiro, a mulher, os filhos e filhas. O homem decide o que é melhor para sua família. A mulher aceita e obedece. Cada qual no papel social a que está atribuído.

Nas últimas décadas, após séculos de luta e problematizações, o feminismo passou a contribuir para o pensamento crítico e político das pessoas. E passamos a perceber essas mudanças na sociedade, principalmente entre as camadas mais

privilegiadas. O debate sobre a dominação masculina trouxe questionamentos necessários e importantes para o universo da política, da educação, da mídia, da família e da religiosidade, como as noções de igualdade, autonomia, independência e empatia. Subverter a ordem de instituições tão presentes e arraigadas fez com que o feminismo fosse evoluindo e se aprimorando, com reflexões e questionamentos ainda mais elaborados a respeito da ordem social estabelecida. E, agora, as correntes feministas atuais trazem à tona questões que ainda não haviam sido discutidas ou problematizadas. Além das lutas primordiais sobre igualdade de direitos e violência doméstica, passou-se a debater também temas de caráter mais psicológico e político dentro da temática feminista. Dentre eles, os comportamentos machistas do cotidiano ganharam luz e passaram a ser debatidos. São condutas sociais presentes na sociedade, enraizadas, mas que agora são vistas sob outra perspectiva.

Um dos aspectos mais relevantes da discussão feminista é a reflexão sobre os conceitos de “público” e “privado” em nosso tempo. Essa é uma questão iniciada na vida social, mas com reflexos no modo como a mídia retrata mulheres e homens, na cobertura política e no direcionamento das pautas para cada público.

Voltando ao argumento de Donna Haraway (1995), as relações sociais se baseiam no contexto do “ser universal” para a criação de suas leis e práticas cotidianas. Esse lugar universal tem como missão criar igualdade entre as pessoas. Porém, ele foi pensado por iluministas no século XVII, época em que as mulheres não tinham nenhuma visibilidade. Assim, a representação humana é determinada por um grupo de homens pertencentes a uma determinada classe e detentores de saber e poder. E esse sujeito universal fica com a semelhança e os preceitos deste grupo.

Com isso, a noção do que se enquadra nas esferas de público e privado tem como premissa a universalidade criada pelos homens. O que se caracteriza como público são os princípios universais iluministas como a política, a economia e a justiça. No âmbito privado, aparecem as questões de caráter íntimo e pessoal, como individualidade, família e vida doméstica. Pensado nesta dualidade a partir da questão de gênero, percebe-se que são atribuídos às mulheres os conceitos privados do cotidiano:

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 32)

O mundo “privado” é visto, também, como particular, no qual as decisões não são baseadas pelos conceitos “públicos” de justiça e igualdade, mas a partir das relações familiares e do afeto, promovendo o domínio masculino e relações de poder no contexto doméstico. A partir disso desenvolve-se a noção de que questões de família se resolvem em casa, ou “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, criando, assim, os subterfúgios para a violência doméstica e o feminicídio. E os números comprovam esta teoria. O Mapa da Violência 2015, que divulga dados da criminalidade brasileira, mostra que 55,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas no ambiente doméstico e dessas, 33,2% foram cometidas por parceiros ou ex-parceiros.²⁴

Além das graves questões sobre violência das mulheres dentro de seus contextos familiares, a dicotomia do aspecto público *versus* privado faz com que as mulheres sejam invisibilizadas do mundo público, das tomadas de decisões e das questões relativas à justiça dos cidadãos e cidadãs. O mundo público pede pessoas “duras”, “coerentes”, “pragmáticas” e “fortes”. Afinal, é ali que se concentram as questões que ditam o rumo da sociedade. E essas são as características atribuídas, historicamente, às pessoas de sexo masculino. As mulheres, vistas sempre como os seres frágeis e emotivos, não têm capacidade – ou força – suficiente para estarem presente na esfera pública, bastando a elas as questões privadas e familiares. Ao tratar as demandas do feminismo como ações políticas “específicas”, o Estado se coloca no lugar de neutralidade, marcando seu caráter masculino. (MIGUEL; BIROLI, 2014)

O entendimento do que se passa *na esfera pública* é deficiente, nesse caso, porque ficam suspensas e mal compreendidas as conexões entre as posições e as relações de poder na vida doméstica, no mundo do trabalho e na esfera dos debates e da produção das decisões políticas. (MIGUEL; BIROLI, 2014)

O que o feminismo defende aqui é a desconstrução desses saberes absolutos sobre os corpos femininos e masculinos, a quebra dos paradigmas associados ao

²⁴ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

sexo de cada pessoa e as hierarquias sociais criadas a partir das relações de gênero. Para Haraway, “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”. (HARAWAY, 1995)

Trabalhando com a ótica do chamado “machismo invisível” – o comportamento do dia a dia, visto como algo natural e padrão da sociedade – existem quatro conceitos que passaram a ser difundidos no mundo: *maninterrupting*, *bropropriating*, *mansplaining* e *gaslighting*. Os nomes, criados originalmente em língua inglesa, ainda não têm uma tradução oficial em português. A jornalista Maíra Liguori, cofundadora do coletivo feminista Think Olga, referência nacional nas questões sobre o tema nos últimos anos, criou uma versão brasileira de guia para explicar esses conceitos.²⁵

O *maninterrupting* é a junção das palavras homem (*man*) e interrupção (*interrupting*) e aborda os cortes que os homens dão em mulheres durante as falas delas. É um comportamento muito comum em ambientes de trabalho, que se dá quando uma mulher não consegue concluir sua fala ou raciocínio, já que os homens presentes constantemente a interrompem, falando por cima da sua própria fala, silenciando sua presença. Já o conceito de *bropropriating* vem de camarada (*bro*, curto para brother, usado como gíria) e apropriação (*appropriating*) e se refere a episódios em que homens se apropriam de ideias criadas por mulheres, e ganham o crédito por elas. É um comportamento machista também muito comum em reuniões de trabalho e acadêmicas. Quando uma mulher apresenta uma ideia, ela tem um determinado tipo de reação. Em seguida, um homem apresenta o mesmo conceito, e ganha mais respaldo e visibilidade. O conceito ajuda a decifrar o motivo de termos tão poucas mulheres em cargos de liderança, já que “além das supostas desvantagens mercadológicas e o preconceito de gênero, ainda servimos de plataforma para o crescimento de colegas homens, pelo simples fato de sermos menos ouvidas e levadas a sério”.²⁶

²⁵ Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>>

Acesso em: 27 mar. 2017.

²⁶ Idem.

O terceiro conceito, *mainsplaning*, traz a junção das palavras homem (*man*) e explicar (*explaining*) e vem, justamente, explicar o comportamento masculino de explicar assuntos banais para as mulheres, como se o sexo feminino tivesse dificuldade em entender o óbvio. A forma didática com que ele aborda esses assuntos traz a dimensão do preconceito de gênero existente nas relações entre homens e mulheres. O conceito de *mainsplaning* também contempla situações em que homens insistem em desmoralizar a fala de uma mulher, mesmo que ela esteja certa, só para que ele “tenha razão”. Para isso, ele usa até de fatos incorretos, mas que valorizem seu próprio discurso. É algo como a ideia de pós-verdade, aqui agravada pela questão de gênero envolvida.

A intenção do *mainsplaning* é desmerecer o conhecimento de uma mulher, tirar sua autoridade sobre o assunto. As mulheres ainda são vistas como muito emocionais e, por isso, menos capazes intelectualmente. O *mainsplaning* pode aparecer em relações corriqueiras entre casais, familiares e no trabalho. É quando um chefe elogia sua subordinada pela aparência, mas ao subordinado de sexo masculino elogia seu talento. Ou quando um colega insiste em explicar o assunto de uma reunião para uma parceira de trabalho que também estava presente. Ou seja, situações típicas em diversos ambientes, em que muitas vezes nem nos damos conta do preconceito envolvido.

O último dos quatro conceitos aqui expostos, o *gaslighting*, e vem do filme “*Gaslight*”, de 1944, que narra a história de um casal, no qual o marido tenta convencer sua esposa e outras pessoas de que ela é louca, e se utiliza de terror psicológico para tal. O título da obra faz menção às luzes a gás da casa, que o marido diminuía sem avisar para a esposa, fazendo com que ela duvidasse de sua própria capacidade de percepção do ambiente em que vivia.

O termo *gaslighting* aborda a violência psicológica pela qual algumas mulheres passaram por serem do sexo feminino. É uma forma de manipulação que faz a mulher duvidar do seu próprio senso de realidade, raciocínio e percepção do seu entorno. E essa manipulação aparece mesmo em pequenas ações, a mais clássica delas é a afirmação que uma mulher “está louca”, quando discorda de determinada atitude masculina. A repetição da ideia que mulheres são “sensíveis demais”, ou que não entendem que determinada atitude preconceituosa

era, na verdade, uma “brincadeira”. O *gaslighting* está presente em muitos relacionamentos afetivos, que levam as mulheres a abrirem mão de suas próprias escolhas, para não atrapalharem sua relação. É uma forma que os homens usam para manipulação e controle de suas parceiras.

Ainda em relação ao mercado de trabalho, a luta feminista se dá por igualdade de direitos, oportunidades, equidade salarial e criminalização dos assédios no ambiente de trabalho. Uma realidade mundial é a diferença salarial para homens e mulheres que ocupam um mesmo cargo no trabalho. Eles normalmente ganham acima delas, somente por serem homens e, por isso, serem vistos como mais capacitados. Não é uma questão de merecimento para eles, mas de preconceito com elas.

Um caso que ganhou repercussão mundial em 2016, trazendo à tona novamente essa discussão, foi o da atriz norte-americana Robin Wright, que declarou publicamente que seu salário na série de sucesso do Netflix “House of Cards” – na qual é protagonista, junto com o ator Kevin Space – era inferior ao do colega. Com base na popularidade de sua personagem, Robin levou o assunto aos diretores da atração e exigiu que seus ganhos fossem equiparados ao de Space. E conseguiu. A questão da desigualdade de salários em Hollywood vem sendo levantada pontualmente há anos. Em 2015, o discurso da ganhadora do Oscar de Melhor Atriz, Patricia Arquette, lembrou às mulheres que era chegada a hora de brigar por igualdade salarial em todos os tipos de trabalho, já que esta diferença é vista em todos os postos de trabalho.²⁷

No Brasil, essa também é uma realidade. Dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, em 2015, o número total de mulheres no Brasil superava em oito milhões o de homens. Mas ser a maioria quantitativa não assegura melhores condições financeiras. Em relação à renda domiciliar per capita, a disparidade de gênero acontece em todas as raças: mulheres brancas e negras ganham em média 10% a menos que homens brancos e negros. Essa diferença também é vista dentro do gênero, já que mulheres brancas ganham até 47% a mais que as negras, e os homens brancos ganham 44% a mais

²⁷ Notícia sobre o assunto disponível em:

<<http://epocanegocios.globo.com/Dinheiro/noticia/2016/05/como-robin-wright-claire-de-house-cards-brigou-para-ter-salario-igual-ao-de-kevin-space.html>> Acessado em: 30 abr. 2017.

que os negros. Além de ser um problema de gênero, as desigualdades das relações de trabalho são um problema estrutural da sociedade.

A pesquisa comprova o aumento da participação feminina no mundo laboral e no grupo da população com poder de compra. Se, em 1995, 22% dos lares eram chefiados por mulheres, em 20 anos esse número alcançou os 40%. Ou seja, de cada 10 casas, em quatro delas são mulheres que cuidam dos filhos e filhas, do lar, trabalham fora e trazem a maior renda para casa. E, mesmo assim, têm salários inferiores aos dos homens.²⁸

Mas não se trata, apenas, de remuneração. O ambiente de trabalho para uma mulher é diferente para um homem. Elas estão mais expostas a pressões e constrangimentos, assédios morais e sexuais. A cultura da autoridade dá aos homens o benefício da agressividade, da raiva e subjugação perante as mulheres. A existência dos estereótipos de fraqueza de uma mulher apenas pela condição de seu sexo biológico expõe o sexismo presente nas relações de trabalho e poder, fazendo com que, independentemente da hierarquia de ocupações, a experiência laboral de uma mulher seja mais penosa e sacrificante (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.11).

3.3

Representatividade das mulheres na política brasileira

As posições sociais atribuídas a partir dos conceitos de público e privado refletem a inexpressiva presença das mulheres nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, até mesmo, em posições de destaques de grandes empresas. Como explicitado pela escritora Chimamanda Adichie, “estamos tão condicionados a pensar o poder como coisa masculina que uma mulher poderosa é uma aberração. E por isso ela é policiada” (ADICHIE, 2014). Uma maior participação das mulheres na vida política foi uma das principais reivindicações feministas na segunda metade do século XIX e início do século XX. O direito ao voto representava o acesso à vida coletiva, em sociedade – espaço negado para as

²⁸ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html> Acesso em: 15 abr. 2017.

mulheres. O argumento dado pela lei era que os pais e maridos – que podiam votar – resguardavam os direitos de suas famílias, tornando desnecessária a participação feminina nesses espaços. Para além do efeito simbólico de ter acesso a uma cabine de votação, o direito ao voto traria para elas acesso às decisões políticas de suas comunidades, podendo interferir e lutar mais ativamente por suas pautas específicas.

As grandes mudanças e ganhos na lei são fruto de lutas pelos direitos universais, representados e desenhados a partir da vivência dos que estão no poder. Sendo este lugar composto por homens, quando as pautas feministas seriam atendidas? Um espaço em que transitam, em sua maioria, pessoas com a mesma história política e de vida faz com que o pensamento seja uniformizado, seguindo para um mesmo caminho. No Brasil, o voto feminino só passou a existir a partir de 1932, embora fosse facultativo. Somente na Constituição de 1946 as mulheres passaram a ter voto obrigatório.²⁹

O que se viu nos anos seguintes foi que o sufrágio universal não era garantia de direitos atendidos, já que, apesar de votar, as mulheres não eram votadas e não podiam se candidatar. Ainda que fossem maioria no país, o patriarcado continuava – e continua – representado nas cadeiras políticas, com homens da elite sendo votados por homens e também por mulheres. A elite política continuava – e continua – sendo deles. E, deste modo, as leis que afetam diretamente a vida delas é escrita, votada e decidida por eles, marcando a discrepância entre influência política e presença na sociedade.

A primeira eleição no país de uma mulher no Poder Legislativo aconteceu em 1933, com Carlota Pereira de Queirós, eleita deputada federal por São Paulo. No Executivo, Alzira Soriano de Souza foi a primeira prefeita do Brasil, no município de Lages, no Rio Grande do Norte, em 1928. Já no Senado, as primeiras parlamentares mulheres só começaram a sere eleitas a partir dos anos 1990. Na presidência, em 2010 tivemos no poder a primeira mulher: Dilma Rousseff.

²⁹ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

Mas como uma mulher se lança na carreira política sem abdicar da carreira em que foi prescrita: a de “dona do lar”? As que se colocam no papel de “mãe”, são vistas como incapazes de se dedicarem à vida política. As que se colocam como gestoras, são vistas como “robôs”, também incapazes, mas por terem nervos “afiados” e falta de feminilidade. Frieza e racionalidade não são vistas como adjetivos naturais para uma mulher. A ex-presidenta Dilma, por não ser casada e não trazer sua vida pessoal para os holofotes, sempre foi taxada de “menos feminina” que as mulheres em geral. Questionavam a falta de um marido, a sua sexualidade e, por isso, sua capacidade de governar um país.

A eleição de uma mulher para o cargo máximo do Poder Executivo tem efeito simbólico – mesmo ainda que não existam avanços específicos nas agendas feministas desses países. Em 2016, apenas 17 chefes de Estado no mundo eram mulheres, cerca de 22,3%. Apenas quatro países – Bulgária, Canadá, França, Nicarágua e Suécia – têm governos paritários, nos quais o número de mulheres e homens em cargos políticos é semelhante.³⁰ No Brasil, os dados são ainda mais alarmantes. Em 2017 apenas uma mulher ocupava o posto de governadora de uma das 27 unidades federativas do país. Era Suely Campos, governadora de Roraima pelo Partido Progressista (PP).

A representatividade das mulheres na política sempre foi baixa. Como forma de melhorar estes números, em todo o mundo foram criadas ações afirmativas, principalmente a criação de cotas eleitorais para elas (MIGUEL; BIROLI. 2014, p. 97). No final dos anos 70, passaram a vigorar na Europa regras que demarcavam uma porcentagem mínima de mulheres que deveriam se candidatar na administração pública, partidária e sindical. Essas medidas foram reconhecidas por outros países, que passaram a adotá-las. No Brasil, uma dessas ações foi a criação da Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997), na qual o total de candidatos ou candidatas registradas por um partido ou coligação deveria ser de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% de candidatos do mesmo gênero. Com isso, as eleições de 2014 já registraram um aumento de mais de 70% na participação feminina. O valor, porém, ainda não se reflete no número de mulheres eleitas no país. Embora

³⁰ Pesquisa da ONU Mulheres. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,presenca-de-mulheres-em-cargos-politicos-de-destaque-estagnou-em-2016-no-mundo,70001701972>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

representem sete milhões a mais de votos, elas ainda não têm representação proporcional a esse número no Parlamento.

Em 2014, somente 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina tinha, em 2016, apenas 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e 13 senadoras (16% das 81 vagas). Além da parca representatividade numérica, as mulheres ainda não estão sendo representadas quanto às suas identidades. As políticas eleitas tendem a ser aquelas que se enquadram aos estereótipos de classe e raça vistos no Brasil. São mulheres brancas, heterossexuais, casadas, com filhos ou filhas, ricas ou de classe média (MIGUEL; BIROLI, 2014).

O que é preciso pensar, a partir dessas mudanças na lei, é se essa representatividade, de fato, traz mudanças positivas à vida das mulheres brasileiras. As pautas defendidas pelas políticas têm relação com as demandas levantadas pelo feminismo? Os direitos das mulheres estão sendo atendidos? As mulheres eleitas se colocam como feministas? E, afinal, elas são feministas? A agenda feminista avançou após o advento da Lei Eleitoral 9.504?

O que se vê no país é uma mudança, lenta e gradativa, nesse cenário das mulheres eleitas. Aos poucos, outras vozes estão entrando no poder. Nas eleições municipais de 2016, viu-se um novo perfil de candidatas, mais ligadas ao movimento feminista e longe dos estereótipos de classe, raça e gênero que antes dominava esses espaços. Mulheres da classe operária, trabalhadora, negras, transsexuais, levaram suas vozes a público e foram reconhecidas pelas suas lutas. A criação de cotas para a ocupação feminina é necessária porque é a porta de entrada para a diversidade de representatividades da sociedade atual. É o primeiro passo para uma mudança que só acontece com o passar dos anos. Se, no início, só entravam aquelas que pertenciam à elite, agora o espaço passa a ser ocupado por outros saberes e vivências.

A presença feminina nos espaços de poder “públicos” é construída a partir do esforço individual de cada mulher em conseguir um espaço no mundo machista, somado ao esforço coletivo de mulheres e homens feministas, que trazem à luz essas questões e as problematizam no momento atual. As pessoas contrárias a essas medidas acreditam que elas ferem o direito primordial do

liberalismo, que é a liberdade individual. Para este grupo contrário, as ações afirmativas, ao promover a obrigatoriedade da candidatura feminina, abrem uma “vantagem” na lei para as mulheres, que deveriam conquistar seus espaços sem esse tipo de regalia. As propostas afirmativas na lei sempre causam uma “comoção”, ao marcar os indivíduos como diferentes, alguns com menos direitos que outros. O que a lei prega é uma espécie de retratação pelo o que a História condenou.

A baixa representatividade das mulheres na política, como já explicitado aqui, não é por falta de vontade delas em ocupar cargos públicos, mas resultado de uma construção de identidade e de sociedade que sempre privilegiou homens da elite burguesa – os que ocupavam os espaços públicos – em detrimento das mulheres, que ficavam reservadas ao mundo doméstico. É preciso enxergar uma sociedade como um conjunto de seres diferentes, localizar essas diferenças (HARAWAY,1995) e, a partir dessa visão, criar as leis que promovam a autonomia das pessoas. Para além das necessidades de representação numérica, os espaços políticos precisam ser compostos de diferentes personagens, que representem a diversidade de uma população.

Cada grupo tem um modo de pensamento, de doutrina, de vivência. As liberdades individuais precisam ser respeitadas e coexistirem em um poder que as enxergue e lute por todas elas. Levar as questões de gênero para o debate político provoca uma reconfiguração da ideia de democracia, fazendo com que ela corresponda a uma igualdade entre todas as pessoas, a partir do exercício da autonomia de cada uma(um), respeitando suas singularidades.

O legado da presença feminina na política ainda não foi estudado a fundo nas teorias políticas, arraigadas pela imagem do tema como um conceito “privado”, junto com as problematizações da vida doméstica e familiar e, por isso, de menor importância acadêmica. A questão segue ainda sem grandes debates, apesar do grande impacto deste legado para a situação socioeconômica brasileira, sobretudo para as populações mais pobres.

3.4

O ideal feminino retratado pela mídia

Toda essa disparidade de gênero reflete também na maneira como a mídia retrata as mulheres. Independentemente do tipo de pauta a ser feita – política, economia e até vida de celebridades – a abordagem feita para mulheres e homens é diferente. Enquanto as publicações sobre Economia & Negócios, Business e Carros é voltada, primordialmente, ao público masculino, as editorias de Moda, Beleza, Culinária, Família e Filhos é destinada às mulheres.

A imprensa feminina é uma das vertentes da Cultura de Massa. Ao narrar o histórico deste tipo de mídia, Adriana Braga relembra a pesquisa de Edgar Morin (1987), um dos primeiros a abordar o tema. No final da década de 1960, com o impulso da militância feminista na França e nos Estados Unidos, as publicações voltadas para as mulheres passaram a abrigar uma integração entre a *intelligentsia* e as grandes massas femininas possibilitando uma “ideologia da mulher”. (BRAGA, 2016, p.17). As publicações passam a adotar um padrão que une os conceitos de feminilidade e feminismo, e o exportam para todo o mundo, como, por exemplo, as revistas *Elle*, *Marie Claire* e *Cosmopolitan*, com suas versões vendidas em dezenas de países.

O conceito de “revista feminina” sempre traz assuntos de cunho privado. Dentro do macrotema “família” vemos pautas sobre filhos, casais, relacionamentos amorosos, cuidado com a casa, decoração de interiores, culinária e economia doméstica. Sobre “corpo” aparecem as variadas dietas do momento, a sexualidade, a moda, as compras. Os assuntos mais importantes de política e economia, os avanços tecnológicos, as questões atuais da ciência... nada disso entra em uma publicação voltada para as mulheres. Essa separação temática é vista em todas as mídias: TV, rádio, impressos e, até mesmo, na internet. O que a mídia retrata é a resposta ao padrão “público versus privado” marcado da sociedade.

O padrão feminino é reforçado com a segmentação da mídia para as mulheres. Em sua pesquisa sobre a participação das revistas femininas na criação dos padrões estéticos das mulheres brasileiras, Adriana Braga (2016) relembra os conceitos de Sherry Ortner sobre as evidências de inferiorização das mulheres de

nosso tempo: a desvalorização social a tudo que é do universo feminino, como as tarefas e papéis das mulheres; os arranjos socioculturais que as excluem da vida pública e política e, conseqüentemente, do poder; e os mecanismos simbólicos que nomeiam como “sujas” e “impróprias” realidades do universo feminino, como a menstruação, sempre retratada pela publicidade pela cor azul, ao invés da coloração real, vermelha.

As mulheres “exemplares” retratadas pela mídia são sempre aquelas com alguma superação pessoal, as que conseguiram conciliar as questões de perspectiva privada em suas vidas ao entrar na vida pública. O estereótipo de sucesso é o masculino. Por isso, ao retratar grupos temáticos, como “empresários de sucesso”, “geração startup”, as imagens que acompanham essas expressões são sempre as de homens, geralmente brancos e bem-vestidos. E, ao mostrar uma mulher em liderança, o estereótipo que a acompanha é o do modelo masculinizado de sucesso: terno, pose viril e olhar desafiador. O que não aparece nessas manchetes é que cada mulher vive sob diferentes aspectos que vão além das questões de gênero, como os aspectos de raça e classe.

O sucesso das mulheres propagadas pela mídia não impede que outras tantas vivam sob diferentes graus de vulnerabilidade e falta de oportunidades. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.144). O que se vê são casos de superação individuais, e não uma evolução nos padrões de comportamento. A família, a igreja, a escola, a imprensa, a publicidade e a psicologia produziram em nós a ideia de que a felicidade feminina está atrelada ao casamento e à maternidade. Aquelas que não se enxergam nesse conceito, são estigmatizadas e vistas como desviantes do que é considerado como “ser mulher”.

Quando a mídia foca em casos específicos de mulheres oriundas de um mesmo grupo social (brancas, com uma profissão e vindas das classes média e alta), coloca na escuridão toda uma luta do feminismo estrutural, que reivindica também as posições sociais impostas pelo patriarcado. Essas mulheres passaram a ocupar um espaço que só foi aberto para elas, e não para todas. Os direitos são diferentes para mulheres brancas e negras, pobres e ricas, com estudo e sem estudo. Ao individualizar os padrões, mantêm-se as posições subalternas também entre pessoas do sexo feminino.

É preciso ressaltar que a imprensa feminina agrega extremo valor comercial e publicitário, já que ocupa o segundo lugar no ranking de tiragem do mercado de revistas no Brasil, ficando atrás apenas das tiragens das revistas de informação semanais. (BRAGA, 2016, p.29). Os conceitos compartilhados por essas publicações compactuam com os valores tradicionais da sociedade e, também, com a publicidade, ao retratar um ideal de mulher que comporte matrimônio, família e carreira sem deixar de lado a feminilidade. Não por menos, as revistas femininas atraem tanta publicidade de produtos de moda e beleza.

O modo pelo qual a imprensa se refere às mulheres também é nocivo e machista. Pode-se elencar discursos marcados pelo estereótipo de gênero, que ajudam a disseminar os valores machistas da sociedade. Um exemplo clássico é o do tipo de linguagem usada pelo jornalismo esportivo ao retratar as mulheres profissionais do esporte.³¹ Nesses casos, a mulher é, muitas vezes, objetificada, com sua aparência física se tornando a pauta, acima do seu talento e suas conquistas profissionais. Palavras como “musa” e “gata” aparecem no título das matérias, ao invés do nome das atletas.

No Minimanual do Jornalismo Humanizado³² são levantados alguns exemplos, como a manchete do portal de notícias R7 “Musa dos saltos ornamentais erra e não avança à semifinal na plataforma de 10 m” ou “A eslovaca surgia como mais uma musa do esporte”, do site do canal esportivo ESPN. Além do espaço tradicionalmente menor dado para mulheres atletas, as manchetes ainda retratam a opinião de repórteres sobre sua aparência física, uma pauta incomum na cobertura dos feitos de homens esportistas. Essa cobertura sexualizada da mídia também é percebida na escolha das fotos que ilustram as matérias sobre elas. Percebe-se que a cobertura feminina é composta por padrões de gênero e de publicidade, que elencam um ideal de beleza feminino que também deve ser seguido no mundo esportivo.

³¹ Minimanual do Jornalismo Humanizado. Site Think Olga. Disponível em:

<<http://thinkolga.com/minimanual-do-jornalismo-humanizado/>>. Acessado em: 11 mai. 2017

³²O Minimanual do Jornalismo Humanizado (link acima) foi criado pela *think tank* feminista Think Olga, reunindo sugestões para jornalistas e veículos que desejam limpar suas narrativas de preconceitos, tornando a leitura de notícias uma experiência agradável e respeitosa para todas as pessoas.

O estereótipo de “musa” já é comum em diversas vertentes do jornalismo. Seja no esporte, na política ou nas artes, o que não falta é matéria que destaque a beleza física da mulher, em detrimento do seu talento.³³ Com a prerrogativa de trazer uma pauta “criativa” sobre determinado assunto, a mídia promove uma cobertura sexualizada das mulheres, o que corrobora com a cultura do estupro vista em nossa sociedade, legitimando o assédio e a invasão de privacidade feminina. Ao objetificá-las, a imprensa faz coro com as pressões de gênero, a supervalorização dos arquétipos e a manutenção de privilégios da sociedade.

Nem mesmo na escolha por especialistas para serem entrevistados ou entrevistadas, as mulheres são maioria. Nos Estados Unidos, a Universidade de Nevada pesquisou as fontes de 352 matérias de capa da revista *New Yorker* e constatou que apenas 19% eram mulheres.³⁴ No Brasil, o procedimento é parecido. Em 2010, a revista *Superinteressante*, da Editora Abril, fez uma autoavaliação e constatou que, das pessoas escolhidas como referência em suas áreas para serem entrevistadas, apenas 33% eram mulheres.³⁵ Apesar de contar com uma equipe mista de jornalistas, os homens ainda são prioridade para dar voz às pautas mais relevantes da publicação voltada para a área de ciência e tecnologia. Para contornar essa disparidade, coletivos feministas, como a ONG *Think Olga*, levantam o tema e apresentam soluções, como uma lista de contatos de mulheres, representantes das mais diferentes áreas, e disponíveis para serem fontes confiáveis de reportagens.³⁶

O cenário mais comum dos espaços midiáticos voltados para as mulheres é o de um ambiente familiar e de conforto, para que ela se sinta segura e tenha suas dúvidas atendidas. Principalmente nos programas de televisão e na mídia impressa, o que encontramos é um rol de matérias sobre relacionamento, família, receitas de comida, dicas de organização da casa, dietas e bem-estar. Tudo sempre apresentado por uma personagem, que ganha voz a partir de uma apresentadora, uma locutora ou um editorial (nos impressos), se colocando como uma “amiga”,

³³ *Minimanual do Jornalismo Humanizado*. Site *Think Olga*. Disponível em:

<<http://thinkolga.com/minimanual-do-jornalismo-humanizado/>> Acessado em: 11 mai. 2017

³⁴ Disponível em: <<http://www.poynter.org/2013/lack-of-female-sources-in-new-york-times-stories-spotlights-need-for-change/217828/>> Acessado em: 08 mai. 2017.

³⁵ Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/onde-estao-as-mulheres-da-super>>. Acessado em: 08 mai. 2017.

³⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/2k2kCue>> Acessado em: 08 mai. 2017.

dando conselhos e dicas. Fazendo um contraponto a essa imagem, enquanto nas revistas femininas o mote está, principalmente, nas pautas de cunho privado, as revistas masculinas têm como princípio o erotismo e elementos que elucidam poder, como os ensaios fotográficos eróticos de mulheres e publicidade de automóveis, relógios e outros elementos de luxo.

Não é possível sacramentar que as publicações voltadas para o universo feminino corroboram com o discurso tradicionalmente machista da sociedade. O que se viu, com o passar dos anos, foi uma mudança – ou adequação – na linha editorial de várias publicações, que passaram a ter em suas pautas questões como independência financeira, aborto e liberdade sexual, mas sem deixar de romper com a agenda e hierarquia de suas corporações. Até mesmo por conta da participação e interação com suas leitoras, as revistas femininas fazem parte da construção da identidade social feminina brasileira, porque são dispositivos de integração social para as mesmas.

Parte da corrente feminista busca uma igualdade de direitos sem a quebra da estrutura do sistema patriarcal. Ou seja, as mulheres passam a ter acesso aos espaços públicos, mas dentro das instituições sociais vigentes. Desse modo, elas buscam também um reconhecimento profissional, um status de bem sucedidas, mas se utilizam de mecanismos estruturais machistas, como colocar outra mulher para cuidar dos aspectos privados da sua vida, como ter empregada doméstica e babá. Ao lutar apenas para se incluir nos direitos e deveres de uma sociedade já estruturada em um sistema de classes, essa inclusão reproduz, de maneira silenciosa, as formas de marginalização já existentes ali.

O ideal político do feminismo é uma mudança social que seja sensível a essas diferenciações e realidade, que comporte também as lutas de classe. Ser feminista não é apenas buscar uma igualdade de poder, mas romper com esse poder sacramentado e buscar uma nova estrutura para as convenções sociais, políticas e econômicas praticadas em nosso tempo.

Outro ponto importante sobre a representação midiática das mulheres está no cinema. Em geral, as mulheres não são as protagonistas dos filmes e sempre aparecem como dependentes de algum cuidado masculino, seja financeiro, amoroso, profissional ou familiar. Este estereótipo marcado nas telas sempre foi

criticado pelas ativistas, e ganhou um componente importante: o Teste de Bechdel. Em 1985 a cartunista Alison Bechdel retratou no quadrinho “Dykes to Watch Out For” uma personagem que dizia que só assistia filmes que passassem nos seguintes requisitos: ter pelo menos duas mulheres na trama, uma conversar com a outra, e que a conversa não seja sobre homem.

No já citado ensaio “Um Teto Todo Seu”, Woolf abordou o assunto – talvez a primeira pessoa a falar sobre isso – ao narrar a falta de mulheres como personagens na literatura inglesa. A ideia já era falada por ativistas feministas, mas se popularizou em 2011, ao ser descrita em uma matéria da revista *New Yorker* (STEIGER, 2011, p.104). O método seria uma forma simples de saber se um filme, ou qualquer outro produto midiático, possui preconceitos de gênero em suas tramas.

Já existem algumas variáveis para o teste, como exigir que as personagens tenham um nome e a conversa entre elas tenha duração de mais de um minuto. Os parâmetros são tão simples que chocam ao serem pedidos, afinal, o cinema sempre foi visto como uma arte à frente do seu tempo e receptiva a mudanças. Foi criada uma base de dados, o site “bechdeltest.com”, alimentada por internautas, com a análise (de mais de sete mil filmes e séries) ao teste. A média de aprovação fica em torno de 57% para os três requisitos, 10.2% para dois requisitos, 21.8% passam somente em um requisito, e 10.4% não passam em nenhum, o que demonstra o atraso de Hollywood em relação às pautas feministas.³⁷ Uma das razões apontadas para a falta de protagonismo feminino nas telas é a falta de diversidade entre roteiristas e demais profissionais de Hollywood, além das diferenças laborais entre mulheres e homens, já citadas anteriormente.

A subutilização das mulheres é frequente nos mais variados gêneros do cinema. O Teste de Bechdel serve como um termômetro para simplificar este comportamento e já serve de parâmetro para algumas produtoras de Hollywood na hora de decidir por roteiros. Em 2013, uma rede sueca de cinemas adotou essa análise como critério na hora de recomendar filmes aos frequentadores e frequentadoras. Parecem ações sem um grande impacto midiático, mas serve para

³⁷ Disponível em: <<http://bechdeltest.com/statistics/>>. Acessado em: 02 mai. 2017

divulgar de forma simples questões complexas de representatividade de gênero em seus mais variados contextos.

O que está em questão nem é a insuficiência de estilos de vida alternativos vivenciados como projetos individuais, mas o fato de que esse entendimento restringe o âmbito das transformações desejadas e esvazia o sentido político, de transformação coletiva, do feminismo. Como se o “sou feminista” significasse um ponto de chegada, o encontro de uma identidade que caracteriza sua portadora e dá a ela um lugar, uma “tribo”, um elemento de distinção – e não um ponto de partida, de engajamento na busca de uma mudança social profunda. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.149)

3.5

O outro lado: Pode uma mulher governar?

Dilma Rouseff foi a primeira – e única – mulher a alcançar o posto máximo do Poder Executivo no Brasil. Mexer com as crenças inabaláveis de uma sociedade é estar disposto a enfrentar a ordem social pré-estabelecida, questionar o lugar do investigador (SPIVAK, 2010), criar um novo parâmetro de medida e sofrer os revezes de ser este parâmetro. Ao se colocar na posição de Chefe de Estado de um país como o Brasil, Dilma vira a protagonista da história política do país e, sendo a primeira mulher, também protagoniza a história do feminismo atual brasileiro.

Parafraseando Gayatri Spivak, a professora de filosofia Carla Rodrigues levanta a questão de Dilma: pode uma mulher governar? Para a filósofa, o impeachment da presidenta mostra que não, porque ele é resultado de crises políticas entrelaçadas por discriminação de gênero, misoginia, e preconceito contra o exercício de poder feminino.³⁸ A herança do patriarcado latino pode ser vista na Argentina e no Chile, que também passaram a ser governados por mulheres que enfrentaram problemas e ordem parecidos. Para cada avanço das mulheres na política, retrocessos sociais aparecem na forma de conservadorismo religioso e tradicional.

No caso das mulheres poderosas, perguntamos: ela tem humildade? Sorri? Mostra gratidão? Tem um lado doméstico? Perguntas que não fazemos a homens

³⁸ RODRIGUES, Carla. Disponível em: <<http://agoraquesaodelas.blogfolha.uol.com.br/2016/05/24/pode-uma-mulher-governar/>>. Acessado em: 08 mai. 2017.

poderosos, o que demonstra que nosso desconforto não é com o poder em si, mas com a mulher. Julgamos as poderosas com mais rigor que os poderosos. (ADICHIE, 2017)

Quando se tem uma mulher no poder, as fronteiras entre o público e o privado na sociedade e na política passam a ser revistas. Esse novo desenho releva que essas definições não tinham como base as relações igualitárias entre os gêneros, expondo seu caráter histórico e desleal. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.31) Dilma enfrentou, em seus dois governos, questões que foram muito além da esfera pública, como pautas sobre sua vida particular, a “opção” de não ter um marido e até sobre seu peso. Nunca se encaixou no estereótipo feminino do modelo machista patriarcal, por isso era frequentemente alvo de denominações grosseiras por parte da bancada política, como “jararaca”³⁹.

A questão de gênero foi pouco explorada na mídia durante o processo de impeachment, tendo mais destaque em blogs especializados sobre feminismo. Nas poucas vezes em que foi perguntada sobre o assunto, Rousseff disse se sentir particularmente atacada por ser mulher, sinalizando ataques misóginos por parte de políticos e da imprensa.⁴⁰

Embora pouco explorado, o assunto repercutiu nacional e internacionalmente após a revista *IstoÉ* publicar, em abril de 2015, uma capa que trazia Dilma sendo retratada como nervosa e explosiva, adjetivos de cunho emocional/privado para retratar seu modo de trabalho, de cunho público. O descontentamento com a publicação foi muito grande, a ponto de circular na *web* a campanha *#IstoÉMachismo*, em que feministas trataram da misoginia, do machismo da imprensa e das relações de poder entre mulheres e homens no Brasil. A publicação foi alvo de repúdio de muitas entidades feministas e humanitárias, incluindo a União Brasileira de Mulheres (UBM).⁴¹

³⁹ RODRIGUES, Carla. Disponível em:

<<http://agoraequesaodelas.blogfolha.uol.com.br/2016/05/24/pode-uma-mulher-governar/>>. Acessado em: 08 mai. 2017.

⁴⁰ Entrevista concedida à Antonia Pellegirno, para o site Mídia Ninja. Disponível em:

<<http://www.pt.org.br/para-dilma-prioridade-e-defender-a-democracia-contra-o-golpe/>>. Acessado em: 08 mai. 2017.

⁴¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/1490246571252498/photos/a.1490670534543435.1073741828.1490246571252498/1696703990606754/?type=3&theater>>. Acessado em: 08 mai. 2017.

O machismo estava empregado no desejo de parlamentares pelo impeachment? Isso só o tempo poderá dizer (e talvez nem o diga). O foco desta pesquisa é examinar se foram usados valores de gênero e machistas na cobertura midiática durante o processo. Por conta da grande repercussão da capa da IstoÉ, a revista foi escolhida como objeto. E, para seu contraponto, outra publicação voltada para o mesmo público-alvo e com a mesma linha editorial, além de ser a revista semanal mais vendida do país, a Veja.

São muitas as críticas a essas publicações, que se utilizariam de um extenso vocabulário moral, científico, médico e psicanalítico de destituição do feminino como força política, como sujeito social e como modo de ser e existir⁴², que não se valeriam de coberturas isentas para mulheres e homens, tratando-as de maneira desigual para falar sobre seus desequilíbrios.⁴³ O “tratamento” não é exclusividade da mídia brasileira, já que personalidades como Michelle Obama, Angela Merkel e Cristina Kirchner também já sofreram ataques deste tipo em seus países.

Fizemos, neste capítulo, uma análise da teoria feminista, seu histórico e suas principais reivindicações. Trouxemos os estudos de Haraway, Butler e Woolf, dentre outras vozes, para abordar as principais questões que envolvem a representatividade da mulher na sociedade. Aproximando este discurso da realidade brasileira, apresentamos os dados de participação das mulheres na política nacional a partir dos estudos de Biroli e Miguel. A representação da mulher na mídia também foi abordada, com os questionamentos sobre a cobertura da imprensa em matérias para e sobre mulheres, com seus estereótipos de gênero e como eles ainda refletem a imagem da mulher em nossa sociedade.

No capítulo a seguir, apresentaremos a análise dos dados coletados das edições de Veja e IstoÉ, durante seis meses de cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. O capítulo está dividido em três esferas: o histórico político da presidenta e o histórico das revistas analisadas, em seguida a representatividade feminina nas publicações, com dados de participação de mulheres na redação das

⁴² BENTES, Ivana. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/04/02/ivana-bentes-istoe-usa-estereotipos-machistas-e-misoginos-para-tentar-desqualificar-dilma/>>. Acessado em: 08 mai. 2017.

⁴³ Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/04/afinal-por-que-a-capa-da-istoe-e-machista/>>. Acessado em: 08 mai. 2017.

matérias, bem como entrevistas e citações e, finalizando, como foi a abordagem das revistas especificamente para a personagem Dilma Rousseff, levantando como questionamento um possível enquadramento noticioso de gênero.